

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Bolsonaristas e evangélicos barram PL das Fake News

Subiu no telhado o chamada PL das Fake News, que regulamenta a atuação das big techs no país — Google, Facebook, Twitter, Instagram, TikTok, WhatsApp, Telegram e outras gigantes da tecnologia digital. O projeto seria votado ontem, em regime de urgência, mas uma articulação do PL (bolsonaristas), do Republicanos (evangélicos), da Federação PSDB-Cidadania e do Novo surpreendeu o relator Orlando Silva (PCdoB-SP), que foi aconselhado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que apoiaria o projeto, a pedir o adiamento da votação.

Não havia garantias de que o projeto seria aprovado, porque também surgiram questionamentos nas bancadas que apoiaram o pedido de urgência. Os deputados foram muito pressionados por influenciadores digitais mobilizados pelas big techs, principalmente o Google. Os líderes que apoiam o projeto ofereceram muitas sugestões de emenda, a maioria dos quais ainda serão examinadas.

Na avaliação de Orlando Silva, provavelmente, o projeto somente voltará a ordem do dia na segunda quinzena deste mês, porque Arthur Lira, que seria o fiador da aprovação da nova lei, viajará na próxima semana. A maior dificuldade de acordo é a definição do mecanismo de fiscalização das postagens, que a oposição rejeita, com argumento de que é a volta da censura.

O relator procurou “caminhos alternativos” para que a lei tenha algum mecanismo de fiscalização e aplicar sanções. “Mesmo após vários encontros e ouvir todas as bancadas, nós não tivemos, eu assumo como minha responsabilidade de relator, tempo útil para examinar todas as sugestões”, disse Orlando Silva.

O relatório torna crime a promoção ou financiamento de divulgação em massa de mensagens com conteúdo inverídico por meio de conta automatizada, as chamadas contas-robôs. Também exige que provedores tenham representação por pessoa jurídica no Brasil;

NÃO HAVIA GARANTIAS DE QUE O PROJETO SERIA APROVADO, PORQUE TAMBÉM SURTIRAM QUESTIONAMENTOS NAS BANCADAS QUE APOIARAM O PEDIDO DE URGÊNCIA.

sejam responsabilizados pelos conteúdos de terceiros cuja distribuição tenha sido impulsionada por pagamento; mantenham regras transparentes de moderação; retirem conteúdos que violem direitos de crianças e adolescentes; remunere conteúdos jornalísticos utilizados por provedores; e estende a imunidade parlamentar às redes sociais.

É a segunda vez que o projeto entra na ordem do dia e não é votado. A primeira foi no ano passado, quando o pedido de urgência foi rejeitado por sete votos. Desta vez, a nova conjuntura criou condições mais favoráveis para aprovação do projeto.

Jair Bolsonaro, que usa e abusa de fake news, não é mais presidente. A tentativa de golpe de 8 de janeiro revelou que toda a organização para a invasão do Palácio do Planalto, do Congresso e do Supremo foi feita pelas redes sociais.

Outro fator importante a favor da aprovação do projeto é o inquérito das fake news, a cargo do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, que tem um diagnóstico comprovado de como as redes sociais estão sendo utilizadas para solapar a democracia brasileira. Nesse aspecto, vítimas de ameaças e calúnias pelas redes sociais, os ministros do Supremo, liderados pela presidente da Corte, Rosa Weber, querem dar um basta à omissão das big techs quanto a isso. A posição da maioria dos ministros é de que “o que não é legal na realidade também não deve ser na vida virtual”.

Gigantes

Existe um amplo movimento na sociedade a favor da regulamentação das redes, dos artistas ao sistema financeiro, mas acontece que as big techs são as empresas mais poderosas do planeta. Entretanto, nem tudo são flores para as gigantes norte-americanas da tecnologia, que começam a sofrer as consequências da alta dos juros nos Estados Unidos, da concorrência com as gigantes chinesas e da regulamentação de sua atuação na Europa e outros países.

Apple, Amazon, Meta (dona de Facebook, Instagram e WhatsApp) e Alphabet (Google Microsoft) perderam US\$ 3,901 trilhões em valor de mercado no ano passado. Isso equivalia a cerca de R\$ 21 trilhões, na cotação de 4 de janeiro. Seus donos também perderam muito dinheiro. Elon Musk deixou de ser o homem mais rico do mundo em dezembro: seu patrimônio encolheu em US\$ 212 bilhões. Além de dono do Twitter, Musk é o dono da montadora de carros elétricos Tesla, que também teve perdas.

Os números são impressionantes: Apple perdeu 32%, hoje vale US\$ 2.010 bilhões; Microsoft, 31%, vale US\$ 1.708 bilhões; Alphabet, 40%, vale US\$ 1.044 bilhões; Amazon, 49%, vale US\$ 869 bilhões; e Meta, 64%, está valendo US\$ 338 bilhões. O bicho papão parece ser a chinesa TikTok, com um ganho médio anual de 67% em horas diárias gastas por usuário nos EUA de 2018 a 2021, superando muito os seus rivais.

Companhias globais de tecnologia chegam a pagar até 76% menos impostos no Brasil que as demais empresas do mesmo porte, segundo o insuspeito deputado federal José Maia do Partido Liberal (PL-RN), um dos autores do projeto de regulamentação das big techs. O valor de mercado das multinacionais de tecnologia chega a ser 2,5 vezes o PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil.

REDES SOCIAIS

Com impasse no Congresso, Supremo pode definir questão

Integrantes da Corte avaliam as condições para o Judiciário se manifestar sobre a desinformação nas plataformas digitais. Moraes enviou sugestões ao PL na Câmara

» RENATO SOUZA
» LUANA PATRIOLINO

O combate à disseminação desenfreada de informações falsas pelas redes sociais pode esbarrar no Supremo Tribunal Federal (STF). A Corte está preparada para vedar o compartilhamento e a difusão de desinformação nas plataformas digitais. Diversas ações apresentadas na Corte pedem que as chamadas big techs, que controlam grandes plataformas de tecnologia, sejam responsáveis pelo conteúdo que hospedam.

De maneira reservada, ministros do tribunal afirmam que passou a hora de regulamentar a atividade dessas empresas no Brasil e incluir no ordenamento jurídico a obrigação de que elas contenham o discurso de ódio das mídias digitais e que sejam responsabilizadas por isso, caso não façam.

Um dos maiores articuladores na Corte para que ações que tratam do tema sejam julgadas é o ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito das fake news e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ontem, ao avaliar a conduta das big techs, ele ordenou que sejam ouvidos executivos da Google, da Meta, Spotify e Brasil Paralelo.

“As condutas dos provedores de redes sociais e de serviços de mensageria privada e seus dirigentes precisam ser devidamente investigadas, pois são remuneradas por impulsionamentos

STF/Divulgação



Ministro Alexandre de Moraes mandou a Polícia Federal colher depoimento de executivos das big techs

e monetização, bem como há o direcionamento dos assuntos pelos algoritmos, podendo configurar responsabilidade civil e administrativa das empresas e penal de seus representantes legais”, escreveu.

Na semana passada, Moraes apresentou sugestões ao PL das Fake News, o que deixou evidente seu apoio à proposta. Entre as sugestões do magistrado está a obrigação de que as plataformas retirem do ar de imediato mensagens que violem direitos da criança e do adolescente ou que propaguem ideais racistas, homofóbicas e nazistas

ou contenham informações falsas sobre o sistema eleitoral. Ele também sugere a fixação de multa de R\$ 100 mil por hora em caso de descumprimento — norma semelhante à adotada em resolução do TSE durante o segundo turno das eleições.

O Supremo também pode avaliar se as plataformas devem pagar pelo conteúdo jornalístico que circula nas redes sociais, como uma medida de combate à desinformação e por entender que os recursos de publicidade estão concentrados em empresas estrangeiras, o que poderia violar a Constituição Federal, que

estabelece normas para veículos de comunicação social. A avaliação, nos bastidores, é que uma definição por meio do Supremo pode ser ainda mais rigorosa para as provedoras do que o texto que tramita na Câmara.

Um dos recursos apresentados na Corte questiona o artigo 19 do Marco Civil da Internet — que retira das big techs a responsabilidade pelo conteúdo que é publicado pelos usuários, mesmo que seja criminoso. A matéria está sob relatoria do ministro Dias Toffoli e já foi alvo inclusive de audiência pública realizada no Supremo.

Big techs na mira de Dino

O Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacom), notificou o Google para que a plataforma promovesse adequações nas buscas e anúncios sobre o projeto de lei das Fake News. Segundo o documento, será aplicada uma multa de R\$ 1 milhão por hora em caso de descumprimento.

O ministro da Justiça, Flávio Dino, afirmou que as big techs tentaram “censurar” e “manipular” o debate sobre a proposta. Segundo ele, a Senacom reuniu indícios de que as plataformas estariam “manipulando seus próprios termos de uso para privilegiar aquilo que lhes convém, em detrimento de outras vozes”.

O Google cumpriu a determinação do ministério para evitar o pagamento de multa. E apresentou seus argumentos. “As alegações de que estamos ampliando o alcance de páginas com conteúdos contrários ao Projeto de Lei 2630 na Busca, em detrimento de outras com conteúdos favoráveis, são falsas”, informou a empresa. “Não alteramos manualmente as listas de resultados para determinar a posição de uma página específica em nenhuma hipótese”, alegou.

O Google manifestou preocupação com o PL 2.630. “Temos explicado os riscos, que consideramos legítimos, às pessoas que usam nossas plataformas e também aos diferentes participantes do ecossistema digital”.

O Spotify destacou que pelos termos e condições de publicidade da empresa, não são aceitos “anúncios políticos em nossa plataforma no Brasil. Um anúncio de terceiros foi veiculado por engano e removido assim que o erro foi detectado”, escreveu em nota.

Procurado pelo Correio, o Grupo Meta afirmou que não irá se manifestar sobre o assunto. O Brasil Paralelo também não comentou sobre a decisão do ministro do STF. (LP)

NÃO IMPORTA O SEU TIPO SANGUÍNEO



TODOS OS DIAS, DEZENAS DE PESSOAS NECESSITAM DE UMA TRANSFUÇÃO DE SANGUE

Mas nem sempre os estoques do Hemocentro estão abastecidos o suficiente para atender a todos. Mais do que um ato solidário, doar sangue é um gesto de bondade que pode salvar vidas. Se você tem entre 16 e 69 anos, pesa mais de 50kg, não possui comorbidades, está bem alimentado e hidratado, não passou por cirurgia ou não fez nenhum procedimento estético recente, procure o Hemocentro e torne-se um doador. Um doador sangue bom.

Saiba como doar acessando hemocentro.df.gov.br

Secretaria de Saúde